



Senado aprova vinculação de recursos federais para saúde



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ao rejeitar emenda para elevar vínculo a 18%, o relator, Eduardo Braga (ao microfone), e governistas afirmaram que o texto aprovado atende capacidade da União

Percentual da receita corrente líquida destinado ao setor crescerá gradualmente até atingir 15% em 2018

Foi aprovada ontem em segundo turno a PEC do Orçamento Impositivo, que obriga a execução de emendas parlamentares e garante mais recursos para a saúde. Foi mantido o texto do relator, Eduardo Braga, e rejeitada proposta de Cícero Lucena que estabelecia percentual maior que 15%. A matéria retorna à Câmara. **3**

Lei dos Portos deve ajudar a escoar produção 4

Sistema recebe opinião de internautas sobre projetos 2

Avança proposta que dá mais verba ao Ciência sem Fronteiras 5



Jonas Pereira/Agência Senado

Renan Calheiros preside reunião da Mesa em que foram apresentados resultados dos cortes de gastos na Casa

Senado devolverá R\$ 193,7 milhões

O resultado dos cortes de gastos do Senado em 2013, estimado em R\$ 193,7 milhões, será devolvido ao Tesouro Nacional ainda este ano, informou ontem o primeiro-secretário, Flexa Ribeiro. Os cortes foram implementados pela

atual Mesa, eleita em fevereiro com o presidente da Casa, Renan Calheiros. Ontem, a Mesa aprovou o *Manual de Identidade Visual de Publicações*, que deverá reduzir gastos com água e chapas de alumínio para offset. **2**

Ministério da Educação pode ficar só com o ensino básico 6

Mudança na maioria penal deve sair este ano 7

Infraestrutura é vista como solução contra espionagem 8



Genildo Mangel/Agência Senado

Compensação por perda com ICMS é aprovada

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto que compensa os estados por perdas com a redução das alíquotas interestaduais do ICMS. A proposta cria os

Fundos de Compensação de Receitas (FCR) e de Desenvolvimento Regional (FDR). Também foi aprovada iniciativa que reforma o Imposto sobre Serviços (ISS). **5**

Armando Monteiro (C) relatou projeto de Paulo Bauer (D, ao fundo) que compensa perdas com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços



Reunião da Mesa em que foi decidida a devolução de recursos ao Tesouro e novas medidas de redução de despesas

Devolução ao Tesouro deve atingir R\$ 193,7 milhões

Medida foi anunciada pelo primeiro-secretário após reunião de ontem da Mesa do Senado. Política de redução de gastos deve continuar em 2014 e prevê racionalização de processos e revisão de contratos

O RESULTADO DOS cortes de gastos e enxugamento da máquina administrativa do Senado no ano de 2013 deverá ser devolvido ao Tesouro Nacional em ato oficial, cuja data ainda deverá ser definida, informou ontem o primeiro-secretário do Senado, Flexa Ribeiro. O valor dos cortes, implementados sob a gestão de Renan Calheiros como presidente do Senado, foi estimado pela Mesa em R\$ 193,7 milhões, o que equivale a cerca de dois terços da economia

total prevista para o biênio 2013-2014.

Segundo Flexa Ribeiro, o esforço para a economia no Senado continuará em 2014.

— Acredito que vamos chegar próximo dos R\$ 200 milhões já em 2013. Isso com as medidas já adotadas de enxugamento de contratos em andamento, revisão desses contratos, para que se consiga um maior desconto para o Senado e, com isso, ter a previsão do superávit que se está pretendendo — afirmou Flexa.

O orçamento da Casa para 2014 foi estimado em R\$ 3,78 bilhões. A maior parte da economia em 2013 ficou na parte de custeio. O Senado economizou R\$ 144,3 milhões. A reavaliação de contratos contribuiu com R\$ 83,3 milhões.

— A gente vem tentando racionalizar. É um processo permanente e somente com a prática é que gente vê a real necessidade e vai adaptando as medidas. O Senado é o único Poder que está fazendo o dever de casa — disse Renan durante a reunião da Mesa.

Para continuar a racionalização de gastos proposta por Renan Calheiros, os senadores aprovaram ainda o *Manual de Identidade Visual de Publicações*, que padroniza todas as publicações impressas na Gráfica do Senado em relação a marcas, formatos, cores, papel e tintas. A estimativa é reduzir os custos com água e chapas de alumínio para offset, entre outros.

Os senadores também aprovaram a fusão de áreas com objetivos comuns, a definição de apenas um responsável para a solicitação de material de almoxarifado por gabinete e a elaboração de estudos para propor soluções de sustentabilidade para o plano de saúde dos parlamentares e dos servidores.

Manual traz mais economia e qualidade a publicações

A Comissão Diretora aprovou ontem ato que dispõe sobre o *Manual de Identidade Visual de Publicações do Senado Federal*.

O novo manual é um trabalho conjunto da Coordenação de Criação e Marketing da Secretaria de Comunicação Social e da Coordenação de Edições Técnicas da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Gráfica do Senado).

O trabalho é uma extensão do *Manual de Identidade Visual* e foi motivado pela busca não somente de

consistência de estilo das publicações do Senado, como também de promoção de maior reconhecimento e fortalecimento da marca do Senado.

— O novo manual traz um triplo benefício ao Senado e ao cidadão: consolida a identidade visual da Casa em suas publicações, proporciona uma leitura mais confortável e agradável e gera economia de recursos, com menos impactos ambientais — explicou Paulo Meira, coordenador de Criação e Marketing da Secom.

Senado lança sistema Opine sobre Projetos

Um novo mecanismo de participação popular na elaboração de leis acaba de ser adotado pelo Senado. A partir de agora, os cidadãos encontram no Portal e-Cidadania (www.senado.leg.br/ecidadania), a ferramenta Opine sobre Projetos, por meio da qual poderão expressar a opinião sobre as propostas em análise nas comissões e no Plenário.

Ao anunciar a novidade em Plenário, ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a ferramenta oferece aos brasileiros uma chance a mais de opinar e interferir no processo legislativo.

— Estamos ampliando a participação popular, a transparência e o controle do gastos públicos — disse.

O Opine resultou de projeto (PRS 47/2013) relatado por Luiz Henrique (PMDB-SC) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Para ele, a iniciativa contribuirá para aprimorar as propostas legislativas.

— O projeto exalta a cidadania, a democracia e a participação política da população, não só no dia das eleições. É um mecanismo simples que valoriza e permite a inclusão política — comemorou Luiz Henrique.

Para se manifestar no Opine,

é preciso preencher um cadastro no e-Cidadania. O usuário tem a opção de cadastro permanente, com senha, que permite acesso a qualquer ferramenta do portal, por quantas vezes desejar, ou para uma única participação.

O Opine ficará em teste por 30 dias, quando serão disponibilizadas as proposições e os relatórios. O usuário poderá enviar sugestões para melhorar a ferramenta pelo e-mail ecidadania@senado.leg.br.

Concluída a fase de testes, o espaço mostrará também as emendas apresentadas às propostas em discussão.

Líderes decidem analisar hoje a PEC do Voto Aberto

Por sugestão do presidente do Senado, Renan Calheiros, e com o apoio dos líderes partidários, ficou decidido que hoje será votada a proposta de emenda à Constituição (PEC 43/2013) que acaba com todo tipo de votação secreta no Congresso e em todas as demais Casas legislativas do país.

Para ser aprovada, uma PEC precisa de no mínimo 49 votos. Walter Pinheiro (PT-BA), que informou estar presente na Casa até quinta-feira, disse ontem temer que o quórum seja prejudicado com o retorno antecipado de alguns parlamentares a seus estados, devido a possíveis dificuldades de encontrar passagens disponíveis por causa do feriado desta sexta-feira, 15 de novembro, Proclamação da República.

Requião defende escolha automática de relatores

Roberto Requião (PMDB-PR) pediu celeridade na tramitação de projeto (PRS 71/2013) que institui a escolha automática, por sistema de informática, dos relatores dos projetos em discussão no Senado. Atualmente, o relator é indicado pelo presidente da comissão onde se encontram as propostas. Requião disse que o sistema permite a existência de “reis do camarote”, espécie de casta de parlamentares sempre designados para relatar as propostas mais importantes.

— Somos todos senadores iguais. Devemos fazer como os tribunais [que designam juízes para os processos] pelo computador — afirmou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Voto aberto

14h Na pauta, a PEC que acaba com todo tipo de votação secreta no Legislativo.

PRESIDÊNCIA João Goulart

10h Cerimônia de entrega do Grande-Collar do Mérito do TCU; às 11h, da Medalha Ulysses Guimarães; às 11h45, recebe a ministra Cármen Lúcia, do STF; às 14h45, projeto que anula sessão do Congresso que declarou vaga a presidência de João Goulart; às 15h, ordem do dia.

CI Recursos hídricos

7h30 A política de recursos hídricos é o tema de audiência pública com o presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Guillo. Em seguida, comissão analisa benefício a pessoa com deficiência.

CAS Consórcio de empregadores

9h A comissão analisa projeto que cria o consórcio de empregadores urbanos e o que permite a suspensão do contrato de trabalho em caso de crise da empresa.

CCJ Minirreforma eleitoral

10h Na pauta da comissão, substitutivo da Câmara a projeto conhecido como minirreforma eleitoral, que visa diminuir o custo das campanhas eleitorais.

CCT Inclusão digital

14h As lan houses poderão receber incentivo para se tornarem centros de inclusão digital. É o que prevê projeto na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SEGURANÇA PÚBLICA Polícia

14h30 A comissão realiza debate sobre a estrutura da polícia brasileira com a participação, entre outros, de Sérgio de Lima, do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

CMO Relatório da Receita

14h30/18h A Comissão de Orçamento analisa o Relatório da Receita da proposta orçamentária de 2014 e projetos que autorizam créditos para diversos órgãos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h30, audiência pública da **Comissão de Serviços de Infraestrutura**; e, na sequência, reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Aprovada vinculação de recursos para a saúde

Percentual de 15% da receita corrente líquida da União deverá ser atingido gradativamente até 2018. Proposta da oposição que elevava percentual a 18% foi derrotada

A CHAMADA PEC do Orçamento Impositivo (PEC 22A/2000) foi aprovada em segundo turno no Plenário do Senado na noite de ontem, com 51 votos favoráveis e 8 contrários. A proposta torna obrigatória a execução de emendas parlamentares ao Orçamento da União e cria um percentual de financiamento estável para a saúde pública por parte do Executivo.

De acordo com o texto da PEC, é obrigatória a execução das emendas de deputados e senadores até o limite de 1,2% da receita corrente líquida (RCL) da União no exercício anterior. Desse total, 50%, ou seja, 0,6% da RCL, terão que ser aplicados obrigatoriamente em saúde.

Outro incremento aos recursos para a saúde incluído durante a tramitação no Senado foi a previsão de que a União destine 15% da RCL para a área. O valor aplicado pela União hoje representa cerca de 13% da RCL.

A maioria governista conseguiu o texto apresentado pelo relator Eduardo Braga (PMDB-AM) e impedir a aprovação de emenda de Cícero Lucena (PSDB-PB) que aumentaria o percentual para a saúde.

De acordo com o texto aprovado, os 15% da RCL destinados à saúde pública devem ser atingidos gradualmente ao longo de cinco anos. O percentual mínimo obrigatório será de 13,2% em 2014, 13,7% em 2015, 14,1% em 2016, 14,5% em 2017 e 15% em 2018.

A emenda de Cícero deter-



A discussão do percentual de vinculação dos recursos para a saúde dominou a sessão. Proposta do governo prevaleceu

minava que a União teria que destinar à saúde, em quatro anos, 18% da RCL, também de forma escalonada: 15% em 2014, 16% em 2015, 17% em 2016 e 18% em 2017. Ou seja, os 15% que serão obrigatórios só em 2018 poderiam passar a valer já em 2014.

Críticas

Diversos senadores da oposição e também da base aliada lamentaram a rejeição da emenda de Cícero, que, segundo eles, aumentaria de maneira mais significativa os recursos para a saúde. Alguns opositoristas tentaram obstruir a votação da PEC em segundo turno após a rejeição da emenda, sem sucesso.

Ao defender a aprovação da emenda dele, Cícero Lucena disse que o governo estava enganando o povo ao afirmar que destinaria mais recursos para a saúde. Segundo ele, o

governo gastou 13,1% da RCL com saúde em 2012 e agora estava propondo apenas 13,2% para 2014.

Quem mais percebe a falta de recursos para a saúde, disse Cícero, é o cidadão que mora no interior, que sempre está precisando de médicos, remédios, exames, cirurgias e que espera até um ano para marcar uma simples consulta.

Aécio Neves (PSDB-MG) disse que o Senado estava passando por um grande constrangimento ao “perder a oportunidade histórica” de aprovar a emenda que garantia recursos mais vultosos para a saúde. Ele chamou a atenção para a mobilização de prefeitos contra o “esfacelamento da Federação”, lembrando que os municípios elevaram a participação orçamentária em saúde nos governos do PT, enquanto a União a reduziu. Humberto Costa (PT-PE),

que tem levantado a bandeira em favor de mais recursos para a saúde, declarou voto contrário à emenda de Cícero, seguindo a orientação do governo. Ele reconheceu encontrar-se em situação difícil, pois chegou a defender a mesma proposta. Segundo o senador, ele próprio chegou a apresentar a ideia à presidente Dilma Rousseff.

— Quem minimamente conhece as finanças públicas sabe que essa não é uma proposta viável, tanto que apresentei a própria proposta de transição que conduzia até 2018. Mas, no ano que vem, a nossa previsão é de que sejam 13,5% — afirmou.

Já o líder do DEM, José Agripino (RN), informou que o Brasil destina apenas US\$ 477 por habitante para a saúde, enquanto a Argentina destina US\$ 870 per capita e os EUA, mais de US\$ 4 mil. Para

ele, o Senado deveria “atender a vontade nacional” e aprovar a emenda de Lucena.

Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou ser errônea a informação que o Senado estava “dando 15% a mais para a saúde”. Segundo o senador, nesse percentual está incorporado o que já é destinado normalmente pela União.

— É pouco mais que nada. Perdemos a oportunidade de aprovar a emenda que permitiria um aumento mais significativo. Não é vitória alguma — disse Requião antes de declarar o voto favorável à PEC.

Ao afirmar posição contra a orientação do governo e a favor da emenda de Cícero, Blairo Maggi (PR-MT) chamou a atenção para o dever dos parlamentares de “defender seus estados e seus habitantes”.

Magno Malta (PR-ES) reconheceu que a aprovação da PEC era um avanço, porém acrescentou que a saúde pública “merece muito mais”.

Adimplência

Outra alteração na PEC 22A/2000 feita no Senado exclui a exigência de adimplência de estados, do Distrito Federal e de municípios na hipótese de serem destinatários de transferência obrigatória da União para execução de emendas parlamentares. O texto também estabelece que o repasse não integrará a base de cálculo da RCL para fins de aplicação dos limites de despesa com pessoal fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Orçamento impositivo é necessidade diante de falhas, diz Ana Amélia



Ana Amélia (PP-RS) disse ontem que não seria preciso discutir o orçamento impositivo se o atual modelo orçamentário não fosse uma peça de ficção, em que a União quase nunca executa as decisões do Congresso.

— O governo tem falhado, ano a ano, nas propostas orçamentárias, por não conseguir gerenciar, de modo eficaz, as emendas parlamentares nem as despesas discricionárias obrigatórias — criticou.

Ana Amélia se disse favorável à emenda de Cícero Lucena (PSDB-PB) que propõe aumentar, progressivamente, o percentual de aplicação da União na área da saúde até os 18% da RCL, que seriam atingidos dentro de quatro anos.

Lídice da Mata: governo baiano precisa ajudar Amargosa



Lídice da Mata (PSB-BA) disse ontem estar preocupada com a situação da saúde no país. Ela informou que pôde constatar uma evidência dessa crise ao visitar a cidade de Amargosa (BA) no fim de semana.

Segundo a senadora, a prefeitura tem enfrentado “imensas dificuldades” para administrar a área de saúde e o hospital da cidade tem enfrentado muitos problemas para atender bem a população. Lídice apelou à sensibilidade do governo do estado.

— Confio no espírito público e republicano de minha terra para atuar na superação dessa situação — afirmou a senadora, acrescentando que a cidade tem cerca de 34 mil habitantes.

Renan nega atrito com presidente da Câmara dos Deputados

O presidente do Senado, Renan Calheiros, negou ontem que tenha qualquer atrito com o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves. Renan disse que tem trabalhado pelo fortalecimento do Legislativo e do bicameralismo.

Mais cedo, Henrique Alves havia dito que a Câmara não cria “pautas-bomba” — projetos com impacto nas contas do governo. Esses projetos, segundo ele, são aprovados pelo Senado por unanimidade, ficando a Câmara com o cuidado de aprofundar a discussão.

Renan confirmou intenção de pôr em votação hoje a PEC 43/2013, que acaba com o voto secreto nas Casas legislativas do país. Também confirmou o início da ordem do dia para as 15h e disse não temer a falta de quórum — uma PEC exige aprovação de pelo menos 49 senadores.

Reestimativa de receita para o Orçamento 2014 deve ser votada hoje



O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), Lobão Filho (PMDB-MA), informou que

a receita do Orçamento de 2014 deve ser votada hoje. O relatório de Eduardo Amorim (PSC-SE, foto) aumenta em R\$ 12,1 bilhões a receita primária líquida para o Orçamento.

Na proposta enviada pelo Executivo, a receita primária líquida, que engloba tudo o que o governo arrecada depois de descontadas as transferências para os estados e municípios, estava estimada em R\$ 1,08 trilhão. Com a reestimativa, sobre para R\$ 1,093 trilhão. A votação do Relatório da Receita é o primeiro passo para a análise do projeto da LOA 2014.

(Da Agência Câmara)

Crédito do BID para o governo brasileiro é corrigido em comissão



A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem retificação de uma operação de crédito ex-

terno entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 18 milhões. O dinheiro se destina ao Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (Proprevive), da Controladoria-Geral da União (CGU). O relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), explicou que as modificações são necessárias porque a resolução autorizativa incorpora condições financeiras em desacordo com as que serão efetivamente contratadas com o BID. A retificação ainda precisa ser votada pelo Plenário.

Ana Rita alerta para drama de cafeicultores do Espírito Santo

Ana Rita (PT-ES) chamou a atenção para o drama de pequenos agricultores capixabas com a crise da cafeicultura, causada principalmente pela quebra da safra em virtude da seca e da queda dos preços do produto nos últimos 60 dias.

— Estou falando de uma crise que tem um grave impacto na sociedade do Espírito Santo, pois o café é o sustentáculo econômico de 80% dos municípios do estado e responde por 43% do PIB agrícola, envolvendo somente na produção cerca de 131 mil famílias — explicou.

Segundo a senadora, os produtores estão sendo excluídos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar por não atingirem a renda mínima para enquadramento, limitando, assim, o acesso a novos créditos.



Ana Rita: agricultores sofrem com quedas na safra e no preço do café

Ferraço pede ações do governo contra crise na cafeicultura

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) pediu ações urgentes do governo federal, em especial dos Ministérios da Agricultura e da Fazenda, contra a crise da cafeicultura nacional.

De acordo com o senador, o preço da saca do café arábica caiu de US\$ 224, em 2011, para US\$ 147 este ano. Ele relatou que recebe constantes apelos de produtores do interior do Espírito Santo pedindo medidas das autoridades.

— A situação é crítica especialmente entre os pequenos produtores familiares, que são maioria — disse Ferraço, informando que, com a queda do preço e os custos altos, eles estão com dificuldade para pagar o crédito rural. O senador lembrou ainda que a atividade gera muitos empregos e renda no interior do país.



Pequenos cafeicultores estão sofrendo, diz Ricardo Ferraço



Blairo (3º à esq.) ouve os debatedores Renato Barco, Antonio Silveira, Mário Povia, Carlos Ponciano e Luiz Henrique Dividino

Debate aponta gargalos no escoamento de grãos

Sancionada em junho, Lei dos Portos pode ajudar na logística para a alta produção agrícola deste ano, segundo participantes de audiência pública realizada ontem pela Comissão de Meio Ambiente

EMBORA O PAÍS caminhe para novo recorde de produção de grãos, os gargalos logísticos e de infraestrutura estão dificultando o escoamento. A constatação foi feita ontem pelo presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Blairo Maggi (PR-MT), em audiência pública que discutiu a implantação da Lei dos Portos (Lei 12.815/2013).

Senadores e convidados manifestaram a expectativa de que a lei sancionada em junho ajude a superar o problema de escoamento da produção agrícola. Para que isso aconteça, alertaram, é necessário superar uma defasagem histórica.

— O Brasil está trabalhando

no limite do limite. Qualquer coisa que saia do padrão já faz com que comece a acumular a produção. Quem paga a conta é o produtor — disse Blairo.

Para o senador, a abertura dos portos para novos investidores é um ponto positivo do novo marco regulatório, mas empresários que já atuam no setor estão descontentes com o veto à renovação dos contratos firmados antes de 1993 e já começaram a recorrer à Justiça. Isso, segundo Blairo, pode atrasar o processo de modernização dos portos.

O senador afirmou que os portos do Norte são o caminho natural para o escoamento da produção agrícola do Centro-

Oeste. Mesma opinião tem o presidente da Companhia Docas do Pará, Carlos José Ponciano da Silva. Ele apontou um desequilíbrio histórico nos investimentos em infraestrutura no país e afirmou que, para viabilizar o embarque pelo Norte, é preciso concluir obras como a da rodovia BR-163 e da Ferrovia Norte-Sul.

— O Pará hoje se mostra viável para o deslocamento do excedente da produção dos estados da Região Centro-Oeste. Para que isso se alcance, é necessário o provimento de infraestrutura de logística que permita que a carga chegue em condições competitivas — observou Ponciano.

Desequilíbrios regionais precisam ser superados

O ministro-chefe da Secretaria Especial de Portos, Antonio Henrique Silveira, reconheceu que os problemas decorrentes dos desequilíbrios regionais são desafios a serem superados pelo governo. Ele disse que a aplicação da Lei de Portos tem seguido o cronograma e que em apenas seis meses não é possível resolver problemas que atingem o setor há décadas.

Para Silveira, as novas licitações e arrendamentos de portos e terminais elevarão a capacidade de movimentação de carga no país. A projeção é que a movimentação salte de cerca de 900 milhões de toneladas em 2010 para mais de 2 bilhões de toneladas em 2030.

— Essa expansão da movimentação nos coloca o desafio de termos infraestrutura não só portuária, mas logística — assinalou.

O diretor interino da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) Mário Povia disse que um dos desafios é a aplicação de uma mesma norma legal às peculiaridades das cargas. Ele reconhece que a Lei dos Portos premia o volume movimentado, mas não favorece cargas de alto valor agregado e de volume menor.

Portos se concentram no Centro-Sul, diz Vanessa

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) apontou vantagens na nova lei, como a promoção de modernização para garantir maior competitividade dos produtos brasileiros. Mas também apontou que falta ao país infraestrutura para a circulação mais eficiente das mercadorias.

— Todos os portos importantes ficam no Centro-Sul. Grande parte dos problemas se refere à logística e à concentração das opções — disse a senadora.

Sérgio Souza (PMDB-PR) concordou que problemas de escoamento da produção são os principais obstáculos para um salto de competitividade do país, problemas que decorrem da falta de investimentos em infraestrutura ao longo das últimas décadas. Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ressaltou a importância do modal hidroviário, pouco incentivado pelo governo, na avaliação do parlamentar.

Também participaram da reunião o representante da Companhia Docas do Estado de São Paulo Renato Ferreira Barco e o superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, Luiz Henrique Dividino.

Lei regulamenta concessões dos portos

Sancionada no início de junho, a Lei dos Portos estabelece novas regras para concessões e arrendamentos de instalações portuárias.

Em decreto, o governo regulamentou a lei, atribuindo à Secretaria de Portos a responsabilidade de elaborar o plano de outorgas e fixar

diretrizes para os regulamentos de exploração. À Antaq, o decreto atribuiu, entre outros, o papel de arbitrar conflitos e controvérsias nos contratos.

Figueiró denuncia alta do preço da vacina contra aftosa

Em discurso ontem, Ruben Figueiró (PSDB-MS) denunciou aumento de 100% no preço da vacina contra a febre aftosa em Mato Grosso do Sul. De acordo com o parlamentar, a Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul) apresentou denúncia ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) contra a possível prática de cartel por parte dos produtores da vacina.

— Os produtores estão sofrendo uma extorsão. Para a Acrissul, o aumento dos preços não tem justificativa — disse.

Há seis meses, informou o senador, a dose da vacina custava R\$ 0,85. Recentemente, passou para R\$ 1,70.

— Encaminhei ofício ao Cade solicitando a avaliação criteriosa do fato e punição, se for o caso — afirmou.



Figueiró espera providência do Cade contra possível cartel

Pimentel elogia combate à seca com políticas sociais

José Pimentel (PT-CE) cumprimentou a presidente Dilma Rousseff pelas medidas de combate à seca do Nordeste e elogiou a política social do governo.

O senador comentou que, apesar de viver a maior estiagem dos últimos 50 anos, a região não registrou ocupações de cidades e de depósitos de alimentos, em decorrência da melhoria das condições de vida da população. Para Pimentel, isso é resultado do Bolsa Família.

— Dos 13 milhões de famílias que recebem o benefício, mais da metade está no Nordeste — afirmou.

O senador citou ainda como programas que beneficiam o nordestino a extensão de benefícios previdenciários a agricultores, pescadores e quilombolas e a renegociação de dívidas de produtores rurais.



Para Pimentel, Bolsa Família se mostrou eficaz contra estiagem

Avança compensação aos estados por perdas no ICMS

Projeto polêmico foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos com sugestões de análise pela Comissão de Constituição e Justiça, já que criação de fundos seria de competência do Poder Executivo

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de Paulo Bauer (PSDB-SC) que regulamenta a compensação das perdas dos estados com a redução das alíquotas interestaduais do ICMS, de 7% e 12% para 4% e 7%. A proposta cria dois fundos: o de Compensação de Receitas (FCR) e o de Desenvolvimento Regional (FDR). Cercado de polêmica sobre a constitucionalidade, o PLS 106/2013 — Complementar foi aprovado por 12 votos contra 8.

José Pimentel (PT-CE) considerou uma temeridade aprovar o projeto, afirmando que a competência para criação de fundos é do Executivo. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) manifestou opinião semelhante e disse ver “vícios insanáveis”. Pedro Taques (PDT-MT) defendeu o exame pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Observados por Lúcia Vânia, Armando, relator, e Bauer, autor, se cumprimentam

O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), disse ter se amparado em texto da Consultoria do Senado.

— Não estamos criando órgão ou despesa para o Executivo. Sugerimos a criação de comitês integrados. E não há norma constitucional que vede a iniciativa parlamentar para a criação de fundos — afirmou.

O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), pediu a análise do substitutivo com a indicação de encaminhamento para que o texto seja submetido ao exame da CCJ.

— Se votarmos hoje o relatório, estaremos criando um fato político para sairmos do impasse, por mais que haja discordância no mérito. Essa insegurança jurídica está paralisando investimento no próximo ano — disse Lindbergh.

O autor do projeto defendeu a votação do relatório e disse que a argumentação de inconstitucionalidade não procede, pois outros fundos foram criados por projetos de deputados e senadores e não foram questionados. Além disso, segundo Bauer, o artigo 61 da Constituição não proíbe a um parlamentar tal iniciativa.

— Estamos há meses discutindo essa proposta. É preciso que alguma coisa ande neste Congresso. A constitucionalidade se resolve pela vontade política. Não foram poucas as vezes que o Executivo pegou um projeto da oposição e colocou na lata do lixo, para, posteriormente, apresentar proposta semelhante. Se quiserem, podem fazer isso com o meu — disse.

Na opinião de Bauer, o projeto vai permitir que os estados tenham condição de governabilidade, uma vez que não podem trabalhar com perspectiva de prejuízo e falta de receita em virtude de novas regras.

Projeto reproduz conteúdo de medida provisória não votada

O projeto de Bauer reproduz os termos da Medida Provisória 599/2012, que instituiu o Fundo de Compensação de Receitas (FCR). Na época, houve muitas críticas ao uso de um instrumento provisório, a MP, para um assunto com impacto estimado para os próximos 20 anos. Bauer sugeriu a lei complementar para dar mais segurança jurídica. A medida provisória não foi votada e perdeu eficácia.

Armando apresentou substitutivo reproduzindo a parte da MP que instituiu o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). Ele mudou as proporções entre recursos orçamentários e financeiros do FDR: nos primeiros cinco anos, mantêm-se 75% de financeiros e 25% de orçamentários. Nos cinco anos seguintes, as proporções

mudam para 65% de financeiros e 35% de orçamentários. Nos últimos dez anos, os recursos orçamentários aumentariam para 40%.

Quanto ao FCR, o projeto prevê transferência de 75% dos recursos da compensação aos estados e 25% aos municípios. Os valores serão calculados com base na balança interestadual de operações e prestações destinadas a contribuintes do ICMS. As transferências serão obrigatórias por 20 anos.

O substitutivo prevê que o FCR terá disponibilidade inicial de R\$ 3 bilhões, em 2014. Nos exercícios seguintes, o montante será determinado pela soma das perdas constatadas pela Receita Federal com base na balança interestadual de operações, não podendo exceder R\$ 8 bilhões.

Ciência sem Fronteiras poderá ter mais verba

Segue para o Plenário do Congresso proposta (PLN 31/2013) aprovada ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) que dá crédito especial de R\$ 320,8 milhões para os Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação. A maior parte (R\$ 308 milhões) vai recompor o valor de 977 bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras, por causa da variação cambial. O dinheiro

também vai aumentar o número de bolsistas e pagar treinamento de idiomas. Outros R\$ 10 milhões irão para a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). Os recursos virão, em grande parte (R\$ 307,6 milhões), do superávit da União em 2012.

A CMO também aprovou proposta (PLN 24/2013) que destina R\$ 1,5 milhão para construção de unidades da

Polícia Rodoviária Federal (PRF) em Sergipe e no Rio Grande do Sul, além de custos de administração das unidades do órgão na Bahia. Os recursos virão do próprio orçamento da Polícia Rodoviária que seriam destinados a outras unidades. A comissão acompanhou o voto do relator, deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA), pela aprovação. (Da Agência Câmara)

Aprovadas mudanças no Imposto sobre Serviços

A atualização da lista de atividades sujeitas ao Imposto sobre Serviços (ISS) foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e segue para análise em Plenário. A expectativa de Humberto Costa (PT-PE), relator do projeto (PLS 386/2012) de Romero Jucá (PMDB-RR), é aumentar a arrecadação dos municípios para torná-los menos dependentes de recursos constitucionais, como os do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A aprovação se deu em meio a polêmica sobre os efeitos da inclusão de alguns serviços, como o de confecção de roupas, que passariam a ter incidência de ISS, e não do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em resposta a Pedro Taques (PDT-MT), que questionou o impacto da medida nas finanças dos estados em razão da provável redução da arrecadação do ICMS, Humberto disse que a atualização visa impedir a bitributação, com segurança jurídica para o contribuinte e racionalidade para a administração. O relator destacou também a possibilidade de desoneração da construção civil e do transporte coletivo.

Outro objetivo do projeto é combater a guerra fiscal. A lei que regula o ISS (LC 116/2003) fixa alíquota

mínima de 2%, mas muitos municípios renunciam ao recurso para atrair empresas.

Segundo Jucá, relator da proposta que resultou na lei, não há punição para a renúncia. No relatório, Humberto afirma que mais de 80% das operações de leasing tributáveis se concentram em apenas quatro ou cinco municípios do país, “pela simples atração, às vezes desleal, dos estabelecimentos-sede”. A iniciativa considera a renúncia de ISS ato de improbidade administrativa, que resulta em perda da função pública, suspensão dos direitos políticos e multa.

Novos serviços

O relator disse acreditar que o principal impacto positivo nas finanças municipais decorre da introdução de novos serviços na lista que está em vigor há dez anos, desatualizada principalmente em relação às atividades ligadas à tecnologia da informação.

Outra mudança repercute na cota do ICMS dos municípios. Hoje, se uma empresa com filiais em várias cidades centralizar a emissão de notas fiscais na sede, essa fica com a maior fatia do chamado valor adicionado. O texto prevê que o valor adicionado será computado em favor do município onde ocorreu a transação comercial.



Presidente da CAE, Lindbergh Farias, e o relator da matéria, Humberto Costa

Prefeitos pedem ajuda a Renan para conter crise nos municípios

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, acompanhado de prefeitos de todo o país. O grupo participa da Mobilização Permanente pelos Municípios, que visa demonstrar aos parlamentares a gravidade da situação financeira das cidades.

Eles pediram ao presidente do Senado a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 39/2013, de Ana Amélia (PP-RS), que aumenta em 2% os repasses para o Fundo de Participação dos

Municípios (FPM). A expectativa é de que a mudança garanta R\$ 6 bilhões a mais para os municípios. Os prefeitos queixaram-se ainda que os gastos com saúde e educação têm inviabilizado a administração, cuja maior preocupação é com o aumento do piso nacional dos professores, que ocorrerá em janeiro de 2014. Para Renan, “a discussão do endividamento dos municípios está ligada à concentração de impostos e à centralização das receitas nas mãos da União. Temos que rediscutir o pacto federativo”, afirmou.

MEC poderá cuidar apenas do ensino básico

Avança projeto que transforma o Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base. Pela proposta, o ensino superior ficará sob responsabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia

A COMISSÃO DE Educação e Cultura (CE) aprovou ontem projeto que transforma o Ministério da Educação (MEC) em Ministério da Educação de Base, que deverá ficar encarregado da educação infantil até o ensino médio. Pelo texto, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação passará a regular o ensino superior. A proposta segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Cristovam Buarque (PDT-DF), autor do PLS 518/2009, argumenta que o governo tem dado mais importância ao ensino superior do que à educação básica, um erro grave, na opinião dele. O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), fez parecer favorável, mas apontou vício de iniciativa que deve ser avaliada na CCJ: a criação de ministérios e órgãos da administração pública é competência exclusiva da Presidência da República.

Ana Rita (PT-ES), Ângela Portela (PT-RR) e Inácio



Cristovam (D) conversa com o presidente da Comissão de Educação, Cyro Miranda

Arruda (PCdoB-CE) apresentaram requerimento de realização de audiência para instruir a análise da proposta, mas o pedido não foi votado.

Em Plenário, Cristovam comemorou o avanço do projeto e disse que ele facilita a federalização do ensino fundamental.

— Nós não vamos conseguir colocar a educação de base como uma prioridade nacional enquanto não houver uma instância nacional que cuide da educação de base e, hoje, nós não temos — disse.

Cristovam comentou ainda que o Brasil tem um ministério

“para cuidar dos peixes”, mas não tem uma pasta federal exclusiva para a educação inicial.

A CE também aprovou requerimento para incluir participantes em audiência pública sobre “O papel do coletivo Fora do Eixo e da Mídia Ninja nos cenários cultural e jornalístico brasileiros”. O debate será em conjunto com as Comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Relações Exteriores (CRE).

— Poucas coisas na história política do Brasil recente foram tão importantes quanto esses movimentos sociais — disse Cristovam.

Humberto Costa rejeita proposta de Aécio para o Bolsa Família

Ao destacar os dez anos do Bolsa Família, Humberto Costa (PT-PE) criticou propostas de Aécio Neves (PSDB-MG). Com ironia, ele afirmou que a “oposição redescobriu sua vocação perdida para causas sociais” ao propor a institucionalização do programa.

— Só que o Bolsa Família já está previsto em lei e já é política de Estado — disse.

Segundo ele, enquanto o PSDB investiu com Fernando Henrique R\$ 5,4 bilhões em transferência de renda, o PT investiu com Lula R\$ 98,7 bilhões e, com Dilma, R\$ 61,6 bilhões.

Aloysio Nunes rebate críticas de Humberto a projeto de Aécio



Em resposta a Humberto Costa (PT-PE), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou que os programas de transferência de renda não foram criados por nenhum partido, mas pela Constituição. Aloysio lembrou iniciativas anteriores aos governos do PT.

— O progresso de uma nação amadurecida se faz em grande parte na continuidade e não é necessário grandes rupturas.

Em aparte, Aécio Neves (PSDB-MG) disse que o PSDB, ao contrário do PT, não se contenta com a “administração diária da pobreza”, mas busca a superação do problema.

Oswaldo Sobrinho elogia obras de Cuiabá para a Copa do Mundo



Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) elogiou ontem as obras para a Copa do Mundo em Cuiabá, apesar do atraso. Ele disse confiar que o governador Silval Barbosa irá “deixar um legado” em mobilidade urbana para a capital do estado.

— Cuiabá é hoje um grande canteiro de obras e o atraso se justifica principalmente porque, ao contrário de muitas outras cidades-sede, não desistiu das obras, mesmo diante dos grandes óbices — declarou, sendo apoiado por Valdir Raupp (PMDB-RO) e Pedro Taques (PDT-MT).

Denúncia sobre suplementos gerou ameaça, diz comerciante

O comerciante de suplementos alimentares Felix Bonfim denunciou ontem, em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ter sido alvo de tentativas de suborno e ameaças de morte por empresas brasileiras envolvidas na produção de fórmulas adulteradas.

Ele descobriu que a diferença entre a quantidade de proteína nos produtos e a indicada no rótulo era superior a 90%. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) limita a diferença a 20%. O presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), prometeu encaminhar a denúncia de ameaça de morte ao Ministério Público Federal.

— Vi que estava tratando com bandidos. Além de fraudar o produto, induzem o profissional de saúde a cometer erro e colocar a vida do paciente em risco — afirmou Bonfim.

O presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Suplementos Alimentares e Alimentos para Fins Especiais (Brasnutri), Synésio Costa, disse que a entidade faz uma varredura. Ele acrescentou

que a ação levou ao descredenciamento de duas empresas. O setor movimentava R\$ 1 bilhão por ano e reúne cerca de 100 marcas, 80 importadores e aproximadamente 1.200 lojas no país.

O diretor da Anvisa Jaime Oliveira afirmou que a instituição está empenhada em aperfeiçoar a regulamentação. Sobre o controle da venda de produtos estrangeiros pela internet, questionou se a proibição da importação individual é a melhor opção para evitar o consumo irresponsável.

O procurador da República Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior considerou importante um trabalho de conscientização de profissionais de educação física nas academias de ginástica.

Para o professor da Universidade de São Paulo (USP) Fernando Aith, membro do Núcleo de Pesquisa em Direito Sanitário, o combate à adulteração e ao consumo indiscriminado passa por três frentes: fiscalização estatal, atualização de normas técnicas e consumo consciente por parte da população.



Bonfim (E) e Moka (C) ouvem o presidente da Brasnutri, Costa (3º à dir.)

Centrais apresentarão propostas para greve no serviço público

Representantes de centrais sindicais que se reuniram ontem com o senador Romero Jucá (PMDB-RR) para discutir a regulamentação do direito de greve no serviço público terão uma semana para apresentar propostas.

Jucá é relator da comissão do Congresso Nacional que trata da regulamentação de dispositivos constitucionais.

A próxima reunião do colegiado está marcada para quarta-feira.

Projeto em análise pela comissão prevê que a população seja avisada da greve com 15 dias de antecedência. A proposta também estabelece que as categorias em paralisação mantenham percentuais mínimos do efetivo trabalhando.

(Da Rádio Senado)

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Seis propostas de emenda à Constituição foram analisadas pelo relator, que recomenda a aprovação de apenas uma, na opinião dele, mais adequada à punição de menores



Vital quer votar a mudança da maioridade penal ainda este ano. Relatório de Ferraço recebeu pedido de vista coletiva

Nova maioridade penal deve ser votada este ano

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) deve votar até o fim deste ano a proposta de emenda à Constituição que prevê a redução da maioridade penal, que hoje é a partir dos 18 anos. O desejo é do presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), apesar de ter ciência da polêmica dessa mudança na Constituição.

— Eu tenho uma vontade e é uma vontade desafiadora de decidir esta matéria ainda este ano — declarou o senador.

Ontem, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) apresentou o relatório sobre seis PECs em exame na CCJ e que foram analisadas em conjunto. O parlamentar pediu o arquivamento de cinco delas e

propôs a aprovação da emenda constitucional apresentada por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Houve um pedido de vista coletiva para melhor análise do texto e ainda não foi marcada a data de votação da matéria.

A PEC 33/2012 estabelece que jovens maiores de 16 anos podem cumprir penas equivalentes às dos adultos em crimes como tortura, terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, além dos hediondos. A penalidade pode ser imposta ainda em casos de múltiplas repetições de lesão corporal grave ou roubo qualificado. No entanto, o maior rigor na punição só pode ser pedido pelo Ministério Público

especializado em questões de infância e adolescência e decidido por juízes também encarregados de cuidar de crianças e adolescentes.

Aloysio Nunes explicou que a proposta também estabelece que a pena seja cumprida em prisões especiais, sem contato com condenados adultos, “porque seria um tipo de pena com uma ênfase muito maior na reeducação”. O senador esclareceu ainda que o jovem infrator terá que passar por exames para atestar se tem condições de compreender a gravidade do crime praticado. Na opinião do parlamentar, é preciso que o Congresso encare a questão da maioridade penal.

Relator teme recrutamento de crianças para ações criminais

O relator das propostas de emenda à Constituição em exame na CCJ, Ricardo Ferraço, explicou que optou pela proposta de Aloysio Nunes Ferreira por acreditar que esse é o “caminho do meio” para punir com mais vigor adolescentes infratores. O relator teme que a redução da maioridade penal para 13 anos, por exemplo, possa resultar que criminosos adultos passem a recrutar adolescentes mais novos.

— Se hoje são recrutados jovens de 16 ou 17 anos, diminuída a maioridade penal para 16 ou 15 anos, seriam recrutados jovens de 15 ou 14, em uma lógica contraproducente e marcadamente injusta — alertou.

Ferraço espera que até o final deste ano a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania conclua o exame sobre a redução da maioridade penal.

Randolfe diz que propostas de redução são inconstitucionais

O relator da PEC que reduz a maioridade penal disse que esse tema não pode ser considerado cláusula pétrea da Constituição. Na opinião de Ricardo Ferraço, se o constituinte de 1988 acreditasse que a maioridade penal não poderia ser reduzida, teria explicitado isso no texto constitucional.

— Por que não o fez? Então, fica a interpretação de cada um e não é possível que se conviva com maiorias do passado querendo impor verdades absolutas à maioria do presente — disse.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) tem, no entanto, uma

avaliação distinta. O senador preparou um voto em separado, ou seja, uma proposta alternativa à de Ricardo Ferraço, em que pede a rejeição de todas as propostas de emenda à Constituição que estabelecem a redução da maioridade penal, por serem, na opinião dele, inconstitucionais. Entre elas, a PEC apresentada por Aloysio Nunes Ferreira.

— A presente proposta encontra óbice nos limites impostos pela própria Constituição ao vedar propostas de emendas constitucionais que visem abolir direitos e garantias individuais.

Juristas querem responsabilizar gestores por superlotação

Decidida a enfrentar a questão da superpopulação carcerária no país, a comissão de juristas designada pelo Senado para propor a atualização da Lei de Execução Penal pretende fixar a quantidade máxima de presos para cada presídio e proibir a entrada de qualquer outro condenado além da lotação. Para evitar que a medida seja mais uma norma sem eficácia, o anteprojeto da nova lei deverá prever sanções, além de autorizar o promotor da execução penal a entrar com ação civil pública buscando a responsabilização dos gestores.

O assunto foi abordado ontem pelo presidente da comissão, ministro Sidnei Beneti, ao fim de mais uma rodada de



A relatora, Maria Tereza Uille, ao lado do presidente da comissão, Sidnei Beneti

trabalho do grupo de especialistas. O ministro reconheceu que será necessário estipular um período de transição para que os governos possam garantir a expansão das vagas, com a programação de verbas orçamentárias para a construção de novos presídios e outras medidas necessárias. Passada

a transição e permanecendo o problema, “quem falhou na parte governamental” ficará sujeito a responder perante a Justiça.

— Por ora, há uma situação de conforto em não fazer nada e permitir que se vá enfiando gente no sistema em quantidade muito além da conta.

Esse conforto precisa acabar — defende o ministro.

Segundo o ministro, mudanças no sistema de penas, questão da esfera da legislação penal, também podem reduzir a pressão sobre o sistema prisional. Segundo ele, as penas podem ser duras, porém mais curtas, modelo já adotado por diversos países. Como exemplo prático, o ministro citou a pena por lesão corporal dolosa, que hoje corresponde a três meses de detenção, embora nem sempre seja aplicada. A seu ver, o tempo de prisão para esse crime poderia ser de apenas três dias de detenção, mas sem direito a suspensão condicional (*sursis*).

A comissão também abordou o tema das saídas

temporárias, em que os presos deixam os estabelecimentos prisionais para visitar as famílias. O ministro esclareceu que a intenção é avançar para um sistema à moda europeia, com saídas mais frequentes, porém curtas. Para o ministro, o tempo máximo deveria ser de dois dias, no lugar do sistema atual em que as visitas podem durar até sete dias.



Fonte: Conselho Nacional do Ministério Público

Regime semiaberto pode dar lugar à prisão domiciliar

A comissão de juristas que atualiza a Lei de Execução Penal decidiu propor a extinção das casas de albergado, estabelecimentos penitenciários destinados aos presos submetidos ao regime aberto de cumprimento da pena privativa de liberdade.

A intenção é substituir o regime pela prisão domiciliar (na qual o condenado permanece detido na residência), porém condicionando a medida à aplicação simultânea de penas restritivas de liberdade, como a prestação de serviços à comunidade.

Em reunião ontem, a relatora da comissão, Maria Tereza Uille Gomes, apresentou uma síntese das deliberações na rodada de trabalho da semana.

Ela explicou que a maioria das cidades não dispõe de albergues. Quando existem, completou a relatora, além de

possuírem reduzido número de vagas, não oferecem instalações e atividades adequadas para promover a ressocialização. Por isso, de modo geral, os juízes já concedem o regime domiciliar aos condenados a regime aberto.

Os juristas consideram

importante adequar a Lei de Execução Penal à Lei Antimanicomial e à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, para que os condenados com deficiência mental sejam tratados pelo SUS, de acordo com as necessidades médicas.

Presidente do Serpro apontou investimentos em infraestrutura pública como possível solução para aumentar o controle sobre a transmissão de dados e diminuir vulnerabilidade

Infovia pública pode proteger tráfego de dados

O PRESIDENTE DO Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Marcos Mazoni, defendeu ontem investimentos em infraestrutura como forma de proteger o país de ataques cibernéticos. Em audiência na CPI que investiga denúncias de espionagem contra o Brasil, ele disse que o fato de a governança mundial da internet estar concentrada nos Estados Unidos torna o tráfego de informações no Brasil mais vulnerável.

Porém, mesmo estruturas localizadas em território nacional também podem se mostrar frágeis, como é o caso de cabos e roteadores (equipamentos que controlam o tráfego e permitem a comunicação na internet). O governo, informou Mazoni, aposta no uso de infraestrutura pública de comunicação como forma de diminuir os riscos.



Vanessa Grazziotin preside audiência com os presidentes do Prodasen, Victor Guimarães (E), e do Serpro, Marcos Mazoni

— Nós estamos passando fibras ópticas em várias capitais. Isso nos garante, por exemplo, que nós possamos ter um controle do tráfego muito maior do que teríamos se usássemos simplesmente uma operadora — explicou.

Outra medida necessária, apontada por ele, é a

manutenção da política de investimentos em software livre. Ao contrário do que o senso comum poderia indicar, as plataformas abertas, cujos códigos de desenvolvimento são compartilhados em comunidades mundo afora, acabam se mostrando mais seguras. Exatamente porque há mais

gente buscando soluções para o sistema.

Marcos Mazoni disse ainda que o governo pretende incentivar a indústria nacional no desenvolvimento de equipamentos e sistemas de proteção com tecnologia brasileira.

Também participou da audiência o diretor do Prodasen,

Victor Guimarães Vieira, que disse que a instituição trabalha diariamente para garantir a segurança dos dados sigilosos do Senado, garantindo o acesso transparente às informações necessárias ao exercício da cidadania.

— Estamos sempre trabalhando em cima de novas soluções de aumento da nossa capacidade de armazenamento, de processamento, porque o volume de informação é muito grande — disse.

A CPI é presidida pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que elogiou o trabalho do Serpro e do Prodasen.

— O Brasil produz, mesmo com as dificuldades existentes pela falta de investimento e pelas amarras da nossa atual legislação, soluções tecnológicas de alta complexidade — afirmou.

Representação brasileira quer reunião do Parlasul este ano



Requião (2º à esq.) discute reunião do Parlasul com o deputado Newton Lima

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) propôs ontem que a 28ª sessão ordinária do colegiado, que estava prevista para segunda-feira, em Montevidéu, Uruguai, seja remarcada para o começo de dezembro. O encontro de novembro foi cancelado pelo presidente do Parlamento do Mercosul, Rubén Martínez

Huelmo, ao ser informado que a bancada do Paraguai faltaria ao encontro e, assim, não haveria quórum.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) explicou que a representação brasileira decidiu apoiar proposta apresentada pelo presidente do Parlasul para que a reunião de dezembro seja realizada, mesmo com a ausência de

alguma bancada.

— Queremos que o Paraguai volte ao Parlasul, mas a volta do Paraguai só será oficializada com a ida do país a uma reunião. A reunião de novembro foi suspensa porque o Paraguai decidiu não comparecer e nada impede que a gente faça a reunião com os outros países — disse o senador.

Suplicy diz que DOI-Codi de São Paulo deve virar centro de memória

Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou ontem a visita de senadores e deputados às antigas dependências do DOI-Codi em São Paulo, conhecido centro de tortura durante a ditadura militar (1964–1985). Os membros da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, presidida por João Capiberibe (PSB-AP), estiveram antontem no prédio e sugeriram que o local seja transformado em um centro de memória, para que a violência e a tortura cometidas à época não voltem a ocorrer no Brasil.

Suplicy lembrou que a repartição da polícia foi palco de muitas atrocidades e 52 mortes, incluindo a do jornalista Vladimir Herzog, em 1975.

— É preciso que a comissão conclua o trabalho da melhor maneira possível — disse o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jarbas Vasconcelos cobra decisão sobre mandato de condenados

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) cobrou uma posição da Câmara dos Deputados sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC 18/2013) de autoria dele que determina a perda automática do mandato em casos de improbidade administrativa ou condenação por crimes contra a administração pública.

Ontem, ele disse temer que os deputados condenados pelo Supremo Tribunal Federal pelo escândalo do mensalão mantenham os mandatos.

— O que se presume é que a gente vai ter a repetição, desgrazadamente, do episódio de Natan Donadon — alertou, referindo-se à deliberação “irresponsável e leviana” da Câmara, em agosto, de manter o mandato do deputado, condenado pelo Supremo a 13 anos de prisão por peculato e formação de quadrilha.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mário Couto critica uso indevido de aeronaves por ministros de Dilma

O uso de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) por ministros de Dilma Rousseff foi criticado ontem por Mário Couto (PSDB-PA), que afirmou ser “impressionante e difícil de entender” que os membros do governo voem indevidamente em aviões da FAB e de outros órgãos diante do momento crítico da economia do país.

Mário Couto citou os ministros da Fazenda, Guido Mantega, que supostamente viajou “comendo caviar e camarão, enquanto o povo brasileiro mal pode comer farinha de tapioca, que recentemente aumentou 104%”, e da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, que usou, em Santa Catarina, um helicóptero da Polícia Rodoviária Federal que atende emergências médicas para fins não relacionados à pasta dela.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ângela Portela comemora eleições para direção do PT

Ângela Portela (PT-RR) comemorou ontem as eleições diretas para a direção do PT, que ocorreram no domingo. Ela informou que, para comandar o PT estadual, Roraima elegeu, com 92,5% dos votos, Titônio Bezerra, bacharel em Direito e professor da rede pública do estado.

— Os eleitos vão conduzir o partido pelos próximos quatro anos, pautados pela defesa das políticas públicas que foram implantadas no Brasil pelos presidentes Lula e Dilma Rousseff — declarou, observando que a gestão petista vem sendo experimentada há três décadas. Ela disse que o PT é o único partido do país que escolhe os dirigentes por eleição direta e reserva percentuais mínimos das vagas dos diretórios para mulheres, negros, índios e jovens.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vanessa anuncia temas de congresso do PCdoB em SP

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou ontem que os últimos dez anos do governo federal e o combate ao “espólio deixado pela política neoliberal”, entre outros temas, serão discutidos no 13º Congresso do Partido Comunista do Brasil, que começa amanhã, em São Paulo. Segundo a senadora, a participação do partido nos governos do PT busca justamente a superação desse espólio.

— A nossa participação tem um único objetivo: ajudar na superação dessa herança e construir um novo projeto nacional de desenvolvimento — declarou Vanessa, citando como conquistas a política perene de reajuste do salário mínimo, o combate à pobreza, a criação de empregos formais e o incentivo à agricultura familiar, entre outras.